

UMA PLATAFORMA BRASILEIRA

*** Roberto Rodrigues**

Muitos países organizam programas de desenvolvimento a partir de uma determinada prioridade afinada com suas vocações naturais ou comportamento histórico de seu povo. Assim, há aqueles que fazem do turismo sua fonte de renda mais notável; outros têm na culinária uma atração internacional; ou em esportes específicos, como as competições de inverno; alguns fazem de nichos de tecnologia a excelência que atrai pesquisadores e investidores e assim por diante. A Índia, por exemplo, é um centro mundial de TI. A China montou uma plataforma exportadora e hoje é um gigante no comércio mundial de produtos industrializados.

Não seria o caso do Brasil escolher uma aptidão reconhecida como base de um projeto nacional de desenvolvimento que favorecesse todos os cidadãos do país? E não seria a segurança alimentar este setor em que já temos vantagens comparativas e competitivas reconhecidas? Afinal, até a OCDE admite que para garantir a alimentação global equilibrada em 10 anos, o mundo precisa aumentar a oferta de alimentos em 20% e, para isso ser alcançado, o aumento da produção brasileira de comida precisa crescer o dobro, 40% no período.

E ainda mais, como resultado dessa plataforma o Brasil acabaria aclamado como o campeão mundial da paz, visto que não existe paz onde houver fome!

Como seria uma plataforma assim, que interessasse a todos os brasileiros?

Em primeiro lugar, garantia de abastecimento interno de qualidade e a preços condizentes com a renda per capita nacional. O caminho para tal é investir em tecnologia. Para que isso fique claro: o aumento da produtividade agrícola brasileira nos últimos 30 anos permitiu a redução do valor da cesta básica, de modo que as famílias de mais baixa renda dispõem menos com alimentação, sobrando recursos para outros gastos. E ainda há muito o que fazer neste setor, com um vigoroso programa de desenvolvimento e inovação tecnológica. Nossas faculdades e institutos técnicos de ciências agrárias, terão que formar gente qualificada para tal. Mas isso não apenas nas ciências agrárias: inovação também na siderurgia para produzir aço adequado a uma indústria poderosa de máquinas e implementos agrícolas, como tratores, cultivadores, colhedoras, aparelhos para irrigação e para tratamentos culturais, assim como caminhões, vagões, locomotivas, trilhos e silos. A produção de insumos básicos estaria acoplada a esse item de desenvolvimento tecnológico: viriam investimentos em novas fórmulas de fertilizantes (como os organominerais), defensivos e sementes, com inovação nos mecanismos de aplicação destes "inputs", sempre de olho no tema central da sustentabilidade. Haveria desburocratização nos registros de novas moléculas, atraindo recursos relevantes para a indústria de insumos e de equipamentos. E todos estes movimentos seriam urbanos, de modo a envolver no projeto cidadãos que nada tem a ver com a atividade rural.

Em segundo lugar, uma ampla negociação comercial que abra novos mercados, consolide os já existentes e, sobretudo, que permita a agregação de valor: não queremos exportar milho ou soja em grão, mas frangos, suínos, bovinos e derivados de leite com os grãos já embutidos nestas proteínas animais.

Tal programa daria enorme impulso à indústria de alimentos, bem como à de embalagem, gerando empregos urbanos qualificados. Seriam criadas tradings especializadas em produtos e/ou em blocos regionais de países, com ampla demanda por mão de obra treinada nisso.

Em terceiro lugar, e como consequência natural dos dois primeiros itens, seria fundamental uma poderosa infraestrutura e logística, com investimentos maciços em rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, dentro de um programa integrado de intermodalidade. Recursos de fora viriam para parcerias público/privadas, permitindo a formação de empresas construtoras médias em todo o país, gerando milhares de empregos duradouros. E toda essa logística seria priorizada com base nas rotas de entrada de insumos e saída de produtos, em volumes. A engenharia civil teria um terreno maravilhoso para se desenvolver por décadas, inclusive na montagem de uma rede de armazéns e silos estrategicamente localizados.

Em quarto lugar haveria estabilização da atividade agropecuária com políticas de renda, como fazem os países desenvolvidos, sob o conceito de que só com isso seria garantido o abastecimento de consumidores em geral. Nesse caso uma estreita ligação entre preços de garantia, crédito e seguro, tudo acoplado a tecnologia recomendada via extensão rural atrairia investidores em cada uma dessas áreas: bancos, seguradoras, empresas privadas de assistência técnica, organizações comerciais nas áreas rurais e urbanas, em uma forte onda de inovação.

Em quinto lugar, caberia ao setor privado fazer uma revolução na área organizacional, ampliando o papel das cooperativas de forma a agregar valor à produção do campo e a acessar mercados. Estas organizações, com gestão profissionalizada, trariam empregos urbanos diferenciados no setor administrativo. Um segmento promissor é o das cooperativas de crédito, bancos pequenos de propriedade dos investidores do interior, nem sempre atendidos pelos bancos comerciais. Seria uma complementação poderosa dos serviços financeiros essenciais. E este seria o melhor caminho para preservar e promover a agricultura familiar, essencial para o tecido social no campo, e que só encontra escala associativamente, ou através de modelos de integração já vigentes.

Ainda na área privada, as Bolsas teriam papel central na comercialização de produtos agrícolas, seja implementando o mercado futuro, seja dinamizando o uso dos novos papéis já existentes, como a LCA, o CRA e o CDCA. Modernos instrumentos de marketing e comunicação teriam que ser estabelecidos, criando o espaço para o surgimento de produtos com a marca Brasil e/ou com certificados de origem, como o queijo de Minas ou café do cerrado. Haja trabalho para especialistas em comunicação! O setor privado teria ainda a responsabilidade de criar mecanismos para reduzir desperdícios e perdas da produção.

Em sexto lugar, uma revolução gerencial seria implementada em todas as fazendas e empresas do agro, com gestão comercial, financeira, fiscal e tributária, de recursos humanos, controle de custos e de estoques, gestão de risco e ambiental, entre outros. Tudo isso exigiria a formação maciça de gente treinada nessa especialidade.

Naturalmente, estas ações que envolveriam cidadãos de praticamente todas as atividades ligadas a serviços e indústrias do país, teriam que levar em consideração o tema da sustentabilidade em suas três vertentes, a econômica, a social e a ambiental, de forma a que, com certificação e rastreabilidade, os alimentos aqui produzidos tivessem ampla aceitação global, considerados os temas cruciais da conservação da água e preservação dos recursos naturais.

Por fim, em sétimo lugar, o Congresso seria chamado a participar dessa Plataforma Brasileira de Alimentos para Todos, empenhando-se na modernização dos instrumentos legais que tratassem da temática. Com isso, não haveria cidadão brasileiro que não estaria direta ou indiretamente ligado à plataforma: gente do executivo e do legislativo nos três níveis - municipal, estadual e federal - do judiciário e da sociedade civil, com ênfase para empresas urbanas e para a academia. E assim o Brasil estaria apto para comandar um projeto que interessa ao mundo todo.

Afinal, ninguém mais aguenta tanta notícia de guerras, imigrações, corrupção, fome e miséria. Está na hora de criar um orgulho nacional: todos os brasileiros seriam partícipes da seleção campeã mundial da segurança alimentar.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**

